

Comissão de Pregão I

DECISÃO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 249/2022.

Processo Licitatório nº: 21.554/2022

Processo Recurso nº: 1.974/2023

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0249/2022

OBJETO: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (HORTIFRUTIGRANJEIRO, CEREAIS, CARNES, LATICÍNIOS E PANIFICAÇÃO) PARA CONFECÇÃO DA MERENDA ESCOLAR nas Unidades Escolares da Rede Pública de Ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, para o alunado da rede municipal de educação, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação (SME) no ano letivo de 2023, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento.

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa S&P COMERCIO ATACADISTA LTDA, inscrita no CNPJ: 28.606.630/0001-23, através do Sistema Compras, com fulcro na Lei n.º 8.666/93, do Art.º 109, Inciso I, alínea "a" - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.



Comissão de Pregão I

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Recurso nº 1.974/2023.

I. DAS PRELIMINARES

Abrimos o prazo para recurso a partir do dia 18/01/2023. Conforme consta em Ata de Realização do Pregão Eletrônico que integra o Processo 21.554/2022, a empresa S&P COMERCIO ATACADISTA LTDA, manifestou a intenção de interpor recursos, conforme questionamentos anexados aos autos às fls. 3 a 5.

Por uma simples análise do presente Recurso, verifica-se que o mesmo foi enviado com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se com os documentos necessários e tempestivamente, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade. *Rm*

II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE

Em homenagem aos princípios da legalidade e vinculação ao instrumento convocatório, a empresa MNJ COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ 36.089.746/0001-60, deveria ser inabilitada e, consequentemente, desclassificada do certame, por ter infringido as regras previstas no edital, na Lei 10.520/2022 e no Decreto Municipal nº 599 de 03/06/2020, já que:



Comissão de Pregão I

- Não teria comprovado capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação referente ao LOTE 1 (item 17.3);
- Não teria comprovado possuir vínculo permanente com um responsável técnico (item 18.2);
- Teria apresentado licença de funcionamento sem identificação do nome e matrícula do servidor responsável pela emissão do documento (item 18.3);
- Não teria apresentado certificado emitido pela Vigilância Sanitária Municipal (item 18.5);
- Não teria comprovado possuir depósito ou câmara frigorífica compatível com objeto da presente licitação (item 18.6);
- E, por fim, não teria apresentado certificado de inspeção sanitária para veículo destinado ao transporte de alimentos.

Raj

III. DAS CONTRARRAZÕES

A empresa MNJ COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA alega que o valor da contratação só é definido quando se vence o Lote ao final dos lances. Portanto, o valor do referido lote, conforme proposta apresentada pela MNJ, é de R\$ 1.893.956,00 (um milhão, oitocentos e noventa e três mil, novecentos e cinquenta e seis reais). Não obstante o Capital Social de R\$150.000,00, o Balanço do último exercício constante no SICAF demonstra um patrimônio líquido de R\$ 2.834.468,18. (dois milhões, oitocentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e oito reais, dezoito centavos), o que comprovaria o cumprimento do subitem 17.3 do Edital.

Comissão de Pregão I

Como os documentos fazem parte do SICAF da empresa e o Pregoeiro tem livre acesso a tais informações, estas estariam dispensadas de serem anexadas, uma vez que a qualificação financeira da empresa estaria válida até 31/03/23.

Quanto ao subitem 18.2, estariam anexados aos documentos de habilitação os anexos 1.5, que comprovariam que a sra. Vera Nice Chabout Borges S. Lima exerceria a função de RT da empresa desde 14 de dezembro de 2018, bem como Certidão de Registro de Regularidade da empresa e da referida funcionária no Conselho Regional competente.

Todos os documentos também constariam do SICAF da empresa no nível QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - e CERTIFICAÇÃO TÉCNICA.

Em relação aos subitens 18.3 e 18.5, a Licença para localização e funcionamento e laudo sanitário emitidos pela Prefeitura Municipal de Nova Friburgo estariam anexados aos documentos de habilitação - anexo 1.1, além de estarem lançados no SICAF, no nível CERTIFICAÇÃO TÉCNICA, onde também constariam os documentos referentes aos subitens 18.6 e 18.7.

Diante o exposto, requer que seja mantido o Resultado da HABILITAÇÃO e o parecer técnico emitido pela Comissão que habilitou a empresa MNJ COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, por ter cumprido na íntegra o Edital para o Pregão Eletrônico 249/2022.

IV. DA FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO


O presente recurso foi interposto solicitando a revisão da habilitação da empresa declarada inicialmente vencedora, que não teria atendido aos seguintes itens do edital: 17.3, 18.2, 18.3, 18.5, 18.6 e 18.7, conforme descrito na fase recursal.

Comissão de Pregão I

Cabe a essa comissão informar que o Edital traz de forma expressa em que solicita o envio prévio de toda a documentação exigida para a habilitação por anexo do sistema compras ou através do SICAF na presente data da habilitação.

"14.2.1 - É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da verificação pelo pregoeiro, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada."

"14.2.2 - **O descumprimento do subitem acima implicará a INABILITAÇÃO do licitante**, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais **emissores de certidões** feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019."

Toda a documentação enviada pelas empresas inicialmente vencedoras está disponibilizada no site do município, assim como os arquivos baixados do SICAF no portal de licitação do município no dia 14/01/2023, conforme informado no chat por este pregoeiro, desta forma, demonstrando a maior transparência possível sobre a análise desse certame. 

O balanço da empresa MNJ COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA referente ao ano de 2021, localizado via SICAF, devidamente registrado através do Speed do Ministério da Fazenda, apresenta o patrimônio líquido demonstrado de R\$ R\$2.834.468,18 (Dois Milhões, Oitocentos e Trinta e Quatro Mil, Quatrocentos e Sessenta e Oito Reais e Dezoito Centavos) em sua conta de Patrimônio Líquido encerrada em 31/12/2021.



Comissão de Pregão I

Foi apresentado o arquivo 1.5 Certidão de Registro de quitação no CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS 4ª REGIÃO no nome da empresa: MNJ COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, com a nutricionista responsável: VERA NICE CHABOUDT BORGES LIMA, RESPONSÁVEL TÉCNICO DESDE: 14 de dezembro de 2018. REGISTRADA EM: 18/04/2017, com validade até: 15/07/ 2022, o que atende ao solicitado no item 18.2 do edital.

Foi apresentado o arquivo 1.1 Licença Sanitária emitida pelo município de Nova Friburgo referente ao estabelecimento, atestando a capacidade da empresa de exercer a seguinte atividade: COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS HORTIFRUTIGRANJEIROS com validade até: 04/05/2023, atendendo aos itens 18.3 e 18.5.

Quanto ao item 18.6, cabe salientar que a exigência de câmara frigorífica cabe apenas ao Lote 02 - LATÍCINIOS e ao Lote 04 - CARNE, não cabendo tal exigência como compatível ao Lote 01 - HORTIFRUTIGRANJEIROS, o qual é classificado como alimento sem refrigeração.

No entanto, quanto ao item "18.7 A empresa deverá apresentar o Certificado de Inspeção Sanitária para veículo destinado ao transporte de alimentos que será utilizado. Exigência: LOTE 04 a mercadoria deverá ser entregue em caminhão frigorífico, LOTE 02 a mercadoria deverá ser entregue em caminhão refrigerado ou frigorífico, já para o LOTE 01, LOTE 03 e LOTE 05 o veículo de transporte de alimentos sem refrigeração." não teve seu laudo apresentado previamente, o que não foi apontado na fase de habilitação. Rm

Em suas contrarrazões, a empresa MNJ COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA alega que toda documentação se encontrava disponibilizada no SICAF e que seria encontrada nos documentos inseridos no item NÍVEIS CADASTRADOS: V- Qualificação Técnica.



Comissão de Pregão I

No entanto, o documento presente contendo todos os documentos solicitados no recurso foram inseridos no dia 23/01/2023, após a apresentação do recurso da empresa S&P COMÉRCIO ATACADISTA LTDA, infringindo o item 25.4 do edital transcrito abaixo. Tal informação pode ser confirmada por documento presente no arquivo de qualificação técnica e através do Relatório de cadastro com todos os dados da empresa emitido no dia 12/01/2023, no qual não consta o cadastro de documento no nível V - Qualificação técnica, que só fica visível quando há documento cadastrado. O mesmo documento foi atualizado por este pregoeiro no dia 27/01/2023 já constando o item V - Qualificação técnica, conforme anexos a está decisão recursal.

"25.4 - É facultada ao pregoeiro e à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive para verificar a compatibilidade das especificações do objeto ofertado com os requisitos previstos neste edital e seus anexos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou da documentação de habilitação."

Diante do exposto e considerando os princípios constitucionais da isonomia, legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório e do princípio da autotutela conforme a súmula 346, a Administração Pública tem o poder-dever de controlar seus próprios atos, revendo-os e anulando-os quando houverem sido praticados com alguma ilegalidade.

V. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, e sem nada



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 1.974/2023

RUBRICA: e FOLHA: 48

Comissão de Pregão I

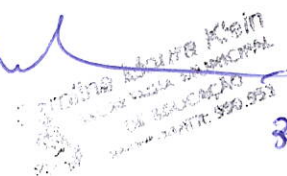
mais evocar, CONHEÇO do Recurso Administrativo interposto pela empresa S&P COMERCIO ATACADISTA LTDA no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 249/2022, e no mérito, DOU PROVIMENTO.

19. Diante do provimento do recurso interposto, encaminho o presente processo para decisão, pela autoridade superior, e solicito que após análise o mesmo seja encaminhado à Procuradoria Geral do Município, antes da publicação da decisão de recurso administrativo de licitação do pregão, na forma eletrônica, n.º 249/2022.

Nova Friburgo, 30 de janeiro de 2023.

Leonardo Gabrig Peixoto
Pregoeiro - Comissão de Pregão I
Matricula: 206.934

De acordo e com encaminhamento
para PGM.



30/01/23



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 36.089.746/0001-60 DUNS®: 905709036
Razão Social: MNJ COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
Nome Fantasia: MANOEL NUNES E/OU SEU MANOEL
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 26/01/2023
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Empresa de Pequeno

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	28/05/2023
FGTS	Validade:	01/02/2023
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	02/07/2023

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	20/03/2023
Receita Municipal	Validade:	20/03/2023

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/03/2023



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 36.089.746/0001-60 DUNS®: 905709036
Razão Social: MNJ COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
Nome Fantasia: MANOEL NUNES E/OU SEU MANOEL
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 26/01/2024
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Empresa de Pequeno

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	28/05/2023
FGTS	Validade:	20/02/2023
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	24/07/2023

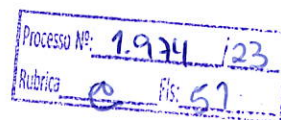
IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	20/03/2023
Receita Municipal	Validade:	20/03/2023

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/03/2023



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível V - Qualificação Técnica

Dados do Fornecedor

CNPJ: 36.089.746/0001-60 DUNS®: 905709036
Razão Social: MNJ COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
Nome Fantasia: MANOEL NUNES E/OU SEU MANOEL
Situação do Fornecedor: Credenciado

Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

Entidades de Classe

Entidade e UF	Nº Registro	Data de Validade
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO-RIO DE JANEIRO-DIVERSOS	28606630000123	25/01/2023



PROCESSO N° 1974
DATA 31.01.23
FOLHA N° 52 Rubrica ps

Processo: 001974/2023

Recorrente: S&P COMERCIO ATACADISTA LTDA

Assunto: Recurso - Pregão Eletrônico nº 249/2022 - Processo Licitatório nº 021544/2022

Ilmo. Sr. Dr. Subprocurador de Processos Administrativos,

I – RELATÓRIO

Trata-se de recurso apresentado pela empresa S&P COMERCIO ATACADISTA LTDA contra decisão proferida em Processo Licitatório nº 021544/2022, que declarou como vencedora a empresa MNJ COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.

Em suma, a empresa alega em sua peça recursal (v. fls. 03/05) que a vencedora não atendeu as regras entabuladas no instrumento convocatório, eis que deixou de apresentar comprovações/documentos exigidos no edital.

Afirma que a vencedora não cumpriu a exigência prevista no subitem 17.3 do edital, quanto à comprovação de capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo representativo de 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação.

Destaca, ainda, que o percentual de 10% (dez por cento) equivale a R\$ 266.607,00 (Duzentos e sessenta e seis mil, seiscentos e sete reais), considerando o valor estimado para a contratação. Contudo, no contrato social apresentado pela empresa, o valor do capital social é de apenas R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil), ou seja, abaixo do percentual mínimo estabelecido no edital. Em razão de tal fato, a empresa deveria ter encaminhado seu balanço patrimonial, para verificação de seu patrimônio líquido, o que não ocorreu.

Ademais, a recorrente informa que a vencedora do certame também não apresentou os documentos exigidos nos itens 18.2, 18.3, 18.5, 18.6 e 18.7, pugnando, assim, pela sua inabilitação e sua consequente desclassificação, em homenagem aos princípios da legalidade e do instrumento convocatório, por ter infringido as regras previstas no edital, na Lei nº 10.520/2022 e no Decreto Municipal nº 599/2020.

A recorrida, por sua vez, apresentou suas contrarrazões às fls. 25/27, sustentando que o valor da contratação só é definido quando se vence o lote ao final dos lances, e que todos os documentos que a recorrente alega que não forem entregues, estão inseridos no SICAF da empresa, inclusive o balanço do último exercício, que demonstra um patrimônio líquido de R\$ 2.834.468,18 (Dois milhões, oitocentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e dezoito centavos), sendo que o pregoeiro tem livre acesso a estas informações, razão pela qual estariam dispensadas de serem anexadas.

[Handwritten signature]



A Comissão de Pregão I, em manifestação de fls. 41/48, salientou que o edital, no subitem 14.2.2, previu expressamente o envio prévio de toda a documentação exigida para a habilitação por anexo do sistema compras ou através do SICAF na data da habilitação.

No mais, esclareceu que os itens 18.2, 18.3 e 18.5 foram atendidos pela recorrida. No que diz respeito ao item 18.6, comprovação de possuir depósito ou câmara frigorífica compatível com o objeto da presente licitação, tal exigência não se mostra compatível com o lote 01. Em se tratando do item 18.7, apresentação de certificado de inspeção sanitária para veículo destinado a transporte de alimentos, o laudo não foi apresentado previamente pela empresa.

Ocorre que, apesar de a empresa recorrida afirmar que toda a documentação se encontrava disponibilizada no SICAF, o pregoeiro ressaltou que *“todos os documentos solicitados foram inseridos no dia 23/01/2023, após a apresentação do recurso da empresa S&P COMERCIO ATACADISTA LTDA, infringindo o item 25.4 do edital”*. Por fim, o pregoeiro conheceu e deu provimento ao recurso, considerando os princípios constitucionais da isonomia, legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e da autotutela.

É o relatório. Passa-se à devida análise.

II – DOS FUNDAMENTOS

Inicialmente, importante destacar que o recurso já foi analisado e apreciado pelo pregoeiro, conforme decisão constante às fls. 48, sendo certo que não foi suscitado qualquer aspecto legal ou jurídico que justificasse o encaminhamento dos autos a esta Procuradoria.

Ora, o art. 51 da Lei nº 8.666/1993 define as atribuições das comissões de licitação, sejam elas permanentes ou especiais, da seguinte forma:

“Art. 51. A habilitação preliminar, a inscrição em registro cadastral, a sua alteração ou cancelamento, e as propostas serão processadas e julgadas por comissão permanente ou especial de, no mínimo, 3 (três) membros, sendo pelo menos 2 (dois) deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsáveis pela licitação.

§ 1º No caso de convite, a Comissão de licitação, excepcionalmente, nas pequenas unidades administrativas e em face da exigüidade de pessoal disponível, poderá ser substituída por servidor formalmente designado pela autoridade competente.



§ 2º A Comissão para julgamento dos pedidos de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento, será integrada por profissionais legalmente habilitados no caso de obras, serviços ou aquisição de equipamentos.

§ 3º Os membros das Comissões de licitação responderão solidariamente por todos os atos praticados pela Comissão, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão.

§ 4º A investidura dos membros das Comissões permanentes não excederá a 1 (um) ano, vedada a recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subsequente.

§ 5º No caso de concurso, o julgamento será feito por uma comissão especial integrada por pessoas de reputação ilibada e reconhecido conhecimento da matéria em exame, servidores públicos ou não”

Convém reproduzir as lições de Jair Eduardo Santana¹, que explica o papel do pregoeiro e suas responsabilidades:

“Os papéis do pregoeiro e da autoridade superior estão bem delineados na Lei nº 10.520/02. Mencionada legislação define os papéis de um ou de outro ator, inexistindo dúvida, por exemplo, que as atribuições relativas à realização do certame, à necessidade do objeto e à própria homologação sejam da autoridade superior. Por outro lado é também incontestável que a condução da sessão de pregão, a decisão quanto à habilitação e o acolhimento de recursos, por exemplo, sejam atribuições do pregoeiro”.

Portanto, incumbe ao Pregoeiro decidir sobre a habilitação preliminar dos interessados em participar de cada certame, na forma disposta nos arts. 27 a 31 e art. 43 da Lei n. 8.666/1993.

Em que pese já existir decisão do pregoeiro, tendo dado provimento ao recurso, cumpre mencionar entendimento no que diz respeito à possibilidade de juntada a posteriori, a fim de que se pondere quanto à aplicabilidade ao presente caso.

Pois bem. Vejamos o teor do art. 43, § 3º da Lei n. 8.666/1993:

¹ SANTANA, Jair Eduardo. Pregão Presencial e Eletrônico: manual de implantação, operacionalização e controle. 2. ed., rev. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2008, pp. 131 a 183.



“Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

(...)

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta”.

Pela interpretação literal do supratranscrito dispositivo legal, em nenhuma hipótese seria permitida, no âmbito de um procedimento licitatório, a juntada de documento posterior à entrega dos envelopes pertencentes aos licitantes.

Por sua vez, confira-se o que dispõe o art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021):

“Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

§ 1º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

§ 2º Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento”.

Com efeito, o legislador atualizou a redação do dispositivo concernente à entrega dos documentos, permitindo a substituição ou a apresentação de novos documentos em sede de diligência para **complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes**, desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame.

Em outras palavras, em atenção à *mens legislatoris*, pode-se concluir que não está o §3º.



art. 43, da Lei nº 8.666/93, em sua parte final, vedando toda e qualquer possibilidade de juntada posterior de documento. O que se entende, dentro de uma visão consentânea com o interesse público e com a finalidade da contratação, é que não será permitida apenas a juntada de documento que comprove a existência de uma situação ou de um fato cuja conclusão ou consumação deu-se após a realização da sessão de licitação.

Tal evolução legislativa está em consonância com o entendimento do Tribunal de Contas da União que, em decisões recentes, **opinou pela possibilidade de juntada de documentos, desde que atestem condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame**.

Nesse sentido, faz-se importante colacionar a ementa do referido Acórdão do TCU²:

“REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO REGIDO PELO DECRETO 10.024/2019. IRREGULARIDADE NA CONCESSÃO DE NOVA OPORTUNIDADE DE ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO AOS LICITANTES, NA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, SEM QUE O ATO TENHA SIDO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. PROCEDÊNCIA. REVOGAÇÃO DO CERTAME. MEDIDA CAUTELAR PLEITEADA PREJUDICADA. CIÊNCIA AO JURISDICIONADO ACERCA DA IRREGULARIDADE. OITIVA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA SOBRE A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS NO SISTEMA COMPRASNET. Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim). O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea “h”; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento”

² TCU, Acórdão n. 1.211/2021, do Plenário, Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, j. em 26.05.2021.



ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro". (sem grifos no original)

Do voto do Ministro Walton Alencar, relator do feito, pode-se perceber que foi apontada a possibilidade de juntar documentos que comprovem fatos já existentes, tudo com a finalidade de pensar na melhor proposta para a Administração Pública:

"(...) Resta, ainda, identificar a abrangência do procedimento de saneamento de "erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica" previsto no art. 47 do Decreto 10.024/2019.

O art. 26, §9º, do mesmo normativo estabelece que "os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de que trata o § 2º do art. 38.

Já o art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993, aplicado subsidiariamente ao Pregão, dispõe que "é facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

O art. 2º, §2º, do Decreto 10.024/2019, por sua vez, reproduziu o mesmo texto do art. 4º, parágrafo único, do Decreto 3.555/2000: "as normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

Como visto, a interpretação literal do termo "[documentos] já apresentados" do art. 26, §9º, do Decreto 10.024/2019 e da vedação à inclusão de documento "que deveria constar originariamente da proposta", prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 pode levar à prática de atos dissociados do interesse público, em que o procedimento licitatório (meio) prevalece e ganha maior importância que o resultado almejado, qual seja, a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração (fim) .

Imperioso observar que, visto por este prisma, a interpretação literal desses comandos legais vai contra o entendimento da jurisprudência



deste Tribunal, no sentido de que o edital não constitui um fim em si mesmo. Cito caso semelhante à situação ora tratada em que, por meio do Acórdão 1758/2003-TCU-Plenário, de minha relatoria, o TCU considerou regular a inclusão de documentos no processo licitatório, no ato da sessão, conforme autorizado pela pregoeira, no exercício de suas regulares atribuições, tratadas no art. 11, incisos XIII e XIV, do Decreto 3.555/2000.

O edital de licitação constitui instrumento para a consecução das finalidades do certame licitatório, quais sejam, assegurar a contratação da proposta mais vantajosa para a Administração e a igualdade de oportunidade de participação dos interessados, nos termos do art. 3º, caput, da Lei 8.666/93. Dessa maneira, a interpretação e a aplicação das regras estabelecidas devem ter por norte o atingimento dessas finalidades, evitando-se o apego a formalismos exagerados, irrelevantes ou desarrazoados, que não contribuam para esse desiderato.

As regras de licitações e a jurisprudência vêm evoluindo nesse sentido, sendo possível, por exemplo, ante à falta de juntada de comprovantes de regularidade fiscal pelo licitante, a consulta, pelo próprio agente público que conduz o certame, a sítios públicos em que constem tais documentos, nos termos do art. 40, parágrafo único, do Decreto 10.024/2019.

Em alinhamento com esse entendimento, a vedação à inclusão de documento "que deveria constar originariamente da proposta", prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993, deve se restringir ao que o licitante não dispunha materialmente no momento da licitação. Caso o documento ausente se refira a condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, e não foi entregue juntamente com os demais comprovantes de habilitação ou da proposta por equívoco ou falha, haverá de ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.

Isso porque admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim).

Cito ainda o disposto no art. 64 da nova Lei de Licitações (Lei 14.133 de 1º de abril de 2021), que revogará a Lei 8.666/1993 após decorridos 2 anos da sua publicação oficial:



"Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

§ 1º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação."

O dispositivo reproduz a vedação à inclusão de novos documentos, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993; porém, deixa salvaguarda a possibilidade de diligência para a complementação de informações necessárias à apuração de fatos existentes à época da abertura do certame, o que se alinha com a interpretação de que é possível e necessária a requisição de documentos para sanear os comprovantes de habilitação ou da proposta, atestando condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame.

Assim, nos termos dos dispositivos citados, inclusive do art. 64 da Lei 14.133/2021, entendo não haver vedação ao envio de documento que não altere ou modifique aquele anteriormente encaminhado. Por exemplo, se não foram apresentados atestados suficientes para demonstrar a habilitação técnica no certame, talvez em razão de conclusão equivocada do licitante de que os documentos encaminhados já seriam suficientes, poderia ser juntado, após essa verificação no julgamento da proposta, novos atestados de forma a complementar aqueles já enviados, desde que já existentes à época da entrega dos documentos de habilitação.

Pelo exposto, julgo procedente a presente representação tendo em vista que o pregoeiro deixou de fundamentar o ato pelo qual concedeu nova oportunidade para envio da documentação, no prazo de 30 minutos, e considero prejudicada a medida cautelar pleiteada, uma vez que o certame foi revogado".

Por oportuno, no Acórdão 2443/2021-Plenário³, datado de 06/10/2021, o TCU novamente afirmou a possibilidade de documento destinado a atestar condição de habilitação

³ TCU, Acórdão nº 2443/2021, do Plenário, Rel. Min. Augusto Sherman, j. em 06.10.2021.



preexistente à abertura da sessão pública, apresentado em sede de diligência:

“A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), não alcança documento destinado a atestar condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública, apresentado em sede de diligência.”

Vale transcrever parte do voto do Relator Augusto Sherman no supracitado Acórdão:

“(…) 13. Ademais, conforme bem pontuado pela Selog, os pareceres jurídicos que pautaram essa decisão, ignoram a jurisprudência mais recente do Tribunal, notadamente o Acórdão 1211/2021-TCU-Plenário, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues, cujo entendimento foi:

Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim).

14. Desse modo, considero que a inabilitação da [licitante 1] foi irregular, e para que o interesse público seja preservado, acompanho a proposta da unidade instrutiva no sentido de que seja expedida determinação ao GAP-RJ para que promova a anulação da decisão administrativa que reformou a decisão do pregoeiro quanto à habilitação da [licitante 1], que ofertou o menor preço, com a consequente habilitação da referida empresa.

Acórdão:

9.3. determinar ao Grupamento de Apoio do Rio de Janeiro, com fundamento no art. 4º, inciso I da Resolução - TCU 315/2020, que, no prazo de quinze dias, adote providências quanto ao item abaixo, e informe ao TCU os encaminhamentos realizados:

9.3.1. promova a anulação da decisão da autoridade competente que reformou a decisão do pregoeiro quanto à habilitação da [licitante 1] no Pregão 45/2020, que ofertou o menor preço, com a consequente habilitação da citada Empresa, tendo em vista que a apresentação, em sede de diligência, do CAT 24097/2021 pela [licitante 1], emitido em



9/3/2021, destinado a atestar condição preexistente à abertura da sessão pública, não se configura motivo plausível para a inabilitação do licitante, conforme entendimento firmado no Acórdão 1211/2021-TCU-Plenário, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues."

Nessa toada, trata-se de entendimento novo, cuja interpretação pode encontrar resistência, já que a juntada de um documento novo, ainda que seja para evidenciar um fato existente e eficaz a fim de atestar condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública, pode significar uma surpresa aos demais licitantes e uma violação à objetividade das regras editalícias.

Ademais, não se pode olvidar do dever de atenção máxima pelo licitante quando da sua participação na licitação, que teve ciência de todas as regras contidas no instrumento convocatório.

Atente-se que o correto, no entender desta especializada jurídica, é que o edital fixe quais situações serão passíveis de diligência para fins de esclarecimento ou até disponha sobre a juntada de documentos que atestam situação pré-existente, gerando menor imprevisibilidade e insegurança à disputa licitatória, em função do dever de respeito ao princípio da vinculação do instrumento convocatório e da legalidade estrita.

III - CONCLUSÃO.

Por todo o exposto, cabe ao pregoeiro avaliar se a juntada dos documentos por parte da licitante evidenciam situação preexistente à abertura da sessão pública, em consonância com a *mens legislatoris* prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021, e o entendimento jurisprudencial do Tribunal de Contas da União.

Na hipótese de o pregoeiro vislumbrar que a situação retratada se adequa à hipótese, a decisão de provimento do recurso deverá ser modificada, adequando-se ao novo entendimento, eis que não se justificará a inabilitação da recorrida.

Nesta conformidade, opina-se pela remessa dos autos à Comissão de Pregão I para ciência e manifestação sobre o recurso quanto aos apontamentos acima narrados, após o que deverá emitir sua decisão. Posteriormente, os autos deverão ser encaminhados à Secretaria de Educação.

Ressalte-se, ainda, que o opinamento desta Procuradoria-Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, Lei Municipal n. 4.637/18, restringe-se apenas à análise das questões jurídicas relacionadas à consulta, à medida em que a análise de



questões de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e ao gestor, que poderá decidir de forma diversa, desde que fundamentadamente.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 31 de Janeiro de 2023.

Nicolý Herdy Viana
Nicolý Herdy Viana

Coordenadora de Nível Superior Jurídico
Subprocuradoria de Processos Administrativos
Matrícula nº 62.631

Francisco de Paula Viana

*Diante da manifestação da PGM, encaminho
o presente processo ao Pregeiro.*

Paula M.
Caroline Moura Kien
PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO
DE NOVA FIBURGO
01/02/23

PROCESSO N° 1974
DIA 31/01/23
Folhas N° 62 Rubrica B

Comissão de Pregão I

DECISÃO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 249/2022.

Processo Licitatório nº: 21.554/2022

Processo Recurso nº: 1.974/2023

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0249/2022

OBJETO: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (HORTIFRUTIGRANJEIRO, CEREAIS, CARNES, LATICÍNIOS E PANIFICAÇÃO) PARA CONFEÇÃO DA MERENDA ESCOLAR nas Unidades Escolares da Rede Pública de Ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, para o alunado da rede municipal de educação, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação (SME) no ano letivo de 2023, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento.

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa S&P COMERCIO ATACADISTA LTDA, inscrita no CNPJ: 28.606.630/0001-23, através do Sistema Compras, com fulcro na Lei n.º 8.666/93, do Art.º 109, Inciso I, alínea "a" - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

Comissão de Pregão I

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Recurso nº 1.974/2023.

I. DAS PRELIMINARES

Abrimos o prazo para recurso a partir do dia 18/01/2023. Conforme consta em Ata de Realização do Pregão Eletrônico que integra o Processo 21.554/2022, a empresa S&P COMERCIO ATACADISTA LTDA, manifestou a intenção de interpor recursos, conforme questionamentos anexados aos autos às fls. 3 a 5.

Por uma simples análise do presente Recurso, verifica-se que o mesmo foi enviado com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se com os documentos necessários e tempestivamente, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.

II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE

Em homenagem aos princípios da legalidade e vinculação ao instrumento convocatório, a empresa MNJ COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ 36.089.746/0001-60, deveria ser inabilitada e, consequentemente, desclassificada do certame, por ter infringido as regras previstas no edital, na Lei 10.520/2022 e no Decreto Municipal nº 599 de 03/06/2020, já que:

- Não teria comprovado capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação referente ao LOTE 1 (item 17.3);
- Não teria comprovado possuir vínculo permanente com um responsável técnico (item 18.2);





Comissão de Pregão I

- Teria apresentado licença de funcionamento sem identificação do nome e matrícula do servidor responsável pela emissão do documento (item 18.3);
- Não teria apresentado certificado emitido pela Vigilância Sanitária Municipal (item 18.5);
- Não teria comprovado possuir depósito ou câmara frigorífica compatível com objeto da presente licitação (item 18.6);
- E, por fim, não teria apresentado certificado de inspeção sanitária para veículo destinado ao transporte de alimentos.

III. DAS CONTRARRAZÕES

A empresa MNJ COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA alega que o valor da contratação só é definido quando se vence o Lote ao final dos lances. Portanto, o valor do referido lote, conforme proposta apresentada pela MNJ, é de R\$ 1.893.956,00 (um milhão, oitocentos e noventa e três mil, novecentos e cinquenta e seis reais). Não obstante o Capital Social de R\$150.000,00, o Balanço do último exercício constante no SICAF demonstra um patrimônio líquido de R\$ 2.834.468,18. (dois milhões, oitocentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e oito reais, dezoito centavos), o que comprovaria o cumprimento do subitem 17.3 do Edital.

Como os documentos fazem parte do SICAF da empresa e o Pregoeiro tem livre acesso a tais informações, estas estariam dispensadas de serem anexadas, uma vez que a qualificação financeira da empresa estaria válida até 31/03/23.

Quanto ao subitem 18.2, estariam anexados aos documentos de habilitação os anexos 1.5, que comprovariam que a sra. Vera Nice Chabout Borges S. Lima



Comissão de Pregão I

exerceria a função de RT da empresa desde 14 de dezembro de 2018, bem como Certidão de Registro de Regularidade da empresa e da referida funcionária no Conselho Regional competente.

Todos os documentos também constariam do SICAF da empresa no nível QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – e CERTIFICAÇÃO TÉCNICA.

Em relação aos subitens 18.3 e 18.5, a Licença para localização e funcionamento e laudo sanitário emitidos pela Prefeitura Municipal de Nova Friburgo estariam anexados aos documentos de habilitação – anexo 1.1, além de estarem lançados no SICAF, no nível CERTIFICAÇÃO TÉCNICA, onde também constariam os documentos referentes aos subitens 18.6 e 18.7.

Diante o exposto, requer que seja mantido o Resultado da HABILITAÇÃO e o parecer técnico emitido pela Comissão que habilitou a empresa MNJ COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, por ter cumprido na íntegra o Edital para o Pregão Eletrônico 249/2022.



IV. DA FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO

Em consonância com o parecer jurídico em anexo às fls. 52 a 62 e conforme entendimento de acordo com o art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021):

“Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:



Comissão de Pregão I

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

§ 1º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

§ 2º Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento."

Assim como jurisprudência apontada no parecer jurídico.

Em análise da documentação, constatou-se que a certidão de licença sanitária para o veículo apresentada foi emitida pelo Município de Nova Friburgo na data de 30 de dezembro de 2022. O documento em questão vem atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame, sem ferir os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e que, conforme entendimento exposto no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado, o que nesse caso foi disponibilizado via SICAF e será



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
I N F R A E S T R U T U R A
E L O G Í S T I C A

PROCESSO Nº: 1.974/2023

RUBRICA:  FOLHA: 


Comissão de Pregão I

disponibilizado no site do município junto aos demais arquivos do Pregão eletrônico 249/2022.

V. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, e sem nada mais evocar, CONHEÇO do Recurso Administrativo interposto pela empresa S&P COMERCIO ATACADISTA LTDA no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 249/2022, e no mérito, NEGÓ PROVIMENTO.

Nova Friburgo, 01 de fevereiro de 2023.


Leonardo Gabrig Peixoto
Pregoeiro – Comissão de Pregão I
Matricula: 206.934